

Direitos humanos: FHC lança plano

LÍDERES GOVERNISTAS NÃO FORAM À CERIMÔNIA. MEDIDAS DO PROGRAMA DEPENDEM DE APROVAÇÃO NO CONGRESSO

Wilson Pedrosa/AE

O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou ontem o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) de seu governo, numa cerimônia em que faltaram os personagens principais: nenhum dos líderes do governo estava presente ao anúncio do pacote de medidas, que depende basicamente da aprovação do Congresso. São 168 propostas de curto e médio prazo. As principais, entretanto, só poderão ser colocadas em prática com aprovação legislativa.

Com o propósito de assegurar, principalmente, os direitos das minorias, o programa destaca, entre as medidas, a transferência para a Justiça Federal do julgamento de crimes contra os direitos humanos. Se o Congresso aprovar a proposta, o procurador-geral da República ou o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (do Ministério da Justiça) poderão determinar que certos fatos (como massacres de presos ou de sem-terra, por exemplo) sejam considerados crimes contra os direitos humanos. Nessa hipótese, seriam da alçada da Justiça Federal e da Polícia Federal.

A inovação do Programa, com maior repercussão na vida do cidadão comum, é a proposta de criação de um serviço civil obrigatório, como os agentes da cidadania, para isentos, excedentes ou dispensados do serviço militar inicial. É uma espécie de serviço militar alternativo e foi negociada com as Forças Armadas pelo autor do programa, o chefe de gabinete do Ministério da Justiça, advogado José Gregori.

Cidadania

DOCUMENTOS BÁSICOS

Uma das medidas defendidas no programa, o fim da Justiça Militar, foi derrotada em votação no Senado na última quinta-feira. Ela determinaria que os crimes cometidos por policiais militares, mesmo em ação, fossem julgados pela Justiça comum e não mais em foro privilegiado. Assim mesmo, Gregori disse ontem que o governo tentará recuperar o espírito inicial do projeto, feito pelo deputado Hélio Bicudo (PT-SP), em nova votação na Câmara.

Além das propostas de emenda constitucional e projetos de lei que estão sendo enviados ao Congresso, o PNDH também prevê ações do Poder Executivo. Uma delas é a meta de, no prazo máximo de um ano, fazer com que milhões de brasileiros tirem os documentos básicos da cidadania: certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF e carteira profissional. De acordo com José Gregori, essa meta poderia ser alcançada por meio de uma grande campanha de divulgação.

Segundo José Gregori, mesmo enfrentando dificuldades no Congresso, as metas do programa têm de ser perseguidas pelo governo. "O fundamental é criar uma consciência pública de defesa dos direitos humanos", disse Gregori. "Precisamos criar uma unanimidade em torno do assunto, transformá-lo num valor social, como ocorreu recentemente com a questão ecológica." O PNDH prevê metas de combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil e contra a discriminação de mulheres, negros e índios.



A SOLENIDADE de lançamento do PNDH, que coincidiu com o 108º aniversário de promulgação da Lei Áurea (que aboliu a escravidão no Brasil), marcou também o pagamento da primeira indenização a familiares de desaparecidos políticos. O presidente Fernando Henrique fez a entrega de um cheque de R\$ 100 mil a Ermelinda Bronca, de 90 anos, mãe do desaparecido político José Humberto Bronca, o primeiro a ter a morte reconhecida pela União na Comissão de Desaparecidos Políticos. Ermelinda (acima, à direita, com FHC e uma filha dela) disse que vai gastar o dinheiro da indenização no trabalho de buscas do corpo do filho. José Humberto participava da guerrilha do Araguaia quando foi morto.

86